

ECONOMIA



Esta seção analisa os primeiros indicadores econômicos do Brasil já sob o governo de Jair Bolsonaro. Frustrando as expectativas otimistas que prevaleciam no mercado ao final de 2018, a economia brasileira demonstra uma clara tendência de desaceleração neste início de ano, expressa pelas quedas da produção industrial, das atividades de serviços e pelo fraco crescimento das vendas no comércio varejista.

Nível de Atividade

Seguindo a tendência de desaceleração que já tem sido observada desde meados de 2018, este início de 2019 vem confirmar o fraco dinamismo da economia brasileira, mesmo já se avançando pelo terceiro ano pós recessão – é a mais lenta recuperação de todas as recessões já vividas no Brasil.

Por seu turno, as autoridades econômicas do governo, presas à ideologia ultraliberal, não se dispõem a utilizar nenhum instrumento do setor estatal para reanimar a produção e o emprego, apostando todas as fichas nos efeitos indiretos de uma virtual reforma da Previdência sobre o humor dos investidores privados. É a receita para a continuidade da estagnação e a permanência de altas taxas de desemprego.

Entre os indicadores de atividade econômica mensalmente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com exceção das vendas no varejo que cresceram levemente na passagem de dezembro para janeiro (0,4%), os demais setores apresentaram números especialmente ruins na

mesma comparação mensal, com as atividades de serviços recuando 0,3% e a produção física da indústria caindo mais intensamente (-0,8%). Especificamente em relação ao mau desempenho da indústria, a maior queda foi registrada justamente na produção de bens de capital, a mais relevante, que caiu 3% em relação a dezembro e 7,7% frente a janeiro de 2018.

Fortemente influenciado por esses resultados setoriais apurados pelo IBGE, o IBC-Br (indicador antecedente do Banco Central) apontou uma contração do PIB de 0,41% no primeiro mês do governo Bolsonaro, o que acabou esfriando as expectativas do mercado, fazendo as projeções do Boletim Focus para o crescimento do PIB em 2019 caírem rapidamente, saindo de 2,49% na terceira semana de fevereiro para 2,01% na terceira semana de março.

Além disso, outros indicadores relevantes para se medir o pulso da economia também vieram sinalizando uma trajetória cadente preocupante. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), que calcula mensalmente o Indicador de Consumo Aparente de Bens Industriais - de-

finido como a produção industrial interna líquida das exportações acrescida das importações – houve uma queda de 1,1% na comparação entre janeiro de 2019 e dezembro de 2018, na série com ajuste sazonal. Com isso, esse importante indicador acumulou uma retração de 1,9% no trimestre encerrado em janeiro. Já no comparativo com o mesmo trimestre do ano anterior, a queda foi ainda mais acentuada (-2,7%), denotando, portanto, a piora de uma demanda por bens industriais no país que desde a crise de 2015 não dá sinais consistentes de recuperação.

Por seu turno, a produção agropecuária que teve importante papel na interrupção da recessão entre 2016 e 2017, parece pouco capaz de garantir maior impulso neste ano de 2019. De acordo com o levantamento sistemático da produção agrícola do IBGE a safra de grãos deverá crescer apenas 1% no presente ano, isto é, 0,8% abaixo do que havia sido previsto pelo mesmo levantamento em fevereiro.

Restaria assim, o comércio exterior para quem sabe reanimar a demanda agregada brasileira. Entretanto, a desaceleração que vem sendo registrada nas economias centrais – especialmente na zona do Euro, que parece caminhar para uma recessão – não autorizam maiores apostas nesta via para nos resgatar da estagnação.

Comércio Exterior

Até a terceira semana do mês de março, os resultados da balança comercial do país mostraram um leve recuo das exportações (-1%) sobre o mesmo período de 2018, enquanto as importações caíram 1,7%. Consequentemente, o saldo comercial acumulado até aquele momento alcançou 9,4 bilhões de dólares, o que representa uma queda de 0,3% na comparação com 2018.

Em um momento especialmente tumultuado em nossa estratégia de inserção internacional, com um alinhamento cada vez mais explícito com os EUA, é importante destacar que a China continua sendo de longe o mais importante destino para nossas exportações. Apenas nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, o volume de bens exportados à economia chinesa alcançou 8,32 bilhões de dólares, o que corresponde a 23% de tudo que ex-

portamos nesse período e quase duas vezes o que vendemos para os Estados Unidos (4,47 bilhões de dólares ou 12,8%). Em terceiro lugar, bem mais distante dos dois primeiros, está a Argentina, que absorveu 4,4% de nossas exportações (1,5 bilhão de dólares), mas que tem o mérito de comprar uma vasta gama de produtos industrializados produzidos no Brasil.

Estranhamente, contudo, seja pelo anacrônico viés ideológico, seja por interesses ainda pouco claros, várias ações recentes do presidente da República, bem como do fanático que comanda o Ministério das Relações Exteriores, apontam no sentido do abandono dos fortes laços comerciais que mantínhamos com a China e a Argentina, sem que se possa identificar um destino alternativo para o nosso comércio exterior. A mudança voluntária do status do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) – abrindo mão de benefícios concedidos a países que são considerados emergentes –, o fim das cotas comerciais ao trigo norte-americano e a intenção de entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) compõem uma pequena mas significativa amostra do tamanho do descompromisso do atual governo em relação aos interesses nacionais, inclusive daqueles vinculados a grupos econômicos que lhe dão sustentação no Congresso e que apoiaram entusiasmados a candidatura de Bolsonaro à Presidência.

Contas Públicas

Embora os dados mais recentes da Receita Federal tenham apontado uma recuperação importante da arrecadação federal no mês de fevereiro (+5,36%) quando comparada à do mesmo mês do ano anterior, a equipe econômica do governo já prevê dificuldades para conseguir cumprir a meta de resultado primário de 139 bilhões de reais de déficit. Entre os principais motivos para o pessimismo do governo estão a queda da estimativa do PIB (que na Lei Orçamentária Anual previa um crescimento de 2,5% e que na revisão de 22 de março caiu para 2,2%) e a baixa probabilidade de conseguir privatizar ainda este ano a Eletrobras e com ela arrecadar doze bilhões de reais. Por conta disso, no mesmo dia 22 de março o governo decidiu contingenciar

29,8 bilhões de reais do orçamento federal para o presente ano.

Por outro lado, segue o impasse sobre o ritmo de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Tesouro Nacional, a título de devolução de recursos que em momentos anteriores foram emprestados ao banco para sua capitalização. Há a previsão de que ainda em 2019 serão repassados cem bilhões de reais de um total de 271 bilhões que o BNDES estaria devendo ao Tesouro. Entretanto, como parte desse dinheiro está comprometida com operações de crédito ainda em curso (cerca de 205 bilhões de reais), há na direção do banco a preocupação de não descumprir os parâmetros do acordo de Basileia III, o que pode acabar dilatando o prazo de devolução.

De todo modo, independentemente da estratégia do governo para cumprir com a meta de resultado primário, é absolutamente certo que a equipe de Paulo Guedes continuará firme em seus propósitos de reduzir as despesas públicas, o que significa que a política fiscal deverá continuar impactando negativamente o crescimento do PIB, dificultando assim qualquer movimento mais consistente de recuperação.

Inflação e política monetária

No mês de fevereiro a inflação medida pelo IPCA do IBGE acelerou para 0,43%, ficando, portanto, um pouco acima dos 0,32% que tinham sido apurados

no mês de janeiro. No acumulado dos últimos doze meses, o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) alcançou 3,89%, mantendo-se assim abaixo do centro da meta, que para 2019 é de 4,25%. Apesar disso e do erro recorrente do Banco Central em relação à meta (já são mais de dois anos com a inflação correndo bem abaixo do centro da meta), na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom) – a primeira sob o comando de seu novo presidente, Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro – decidiu-se manter a Selic em 6,5% ao ano. Com isso, tanto no setor industrial quanto no setor financeiro já são várias as críticas ao comportamento excessivamente conservador do Banco Central brasileiro, visto que até mesmo pelos parâmetros da ortodoxia econômica o atual patamar da taxa de juros estaria fora de lugar – acima da chamada taxa de juros neutra – agindo, portanto, como um vetor contracionista.

Não é demais assinalar que por conta dos juros ainda elevados, as despesas com serviço da dívida continuam absorvendo cerca de 20% das receitas totais arrecadadas pelo governo federal, algo próximo de 380 bilhões de reais por ano, portanto, na mesma magnitude do que o alegado déficit da Previdência. A diferença, entretanto, é que enquanto os recursos da Previdência se destinam a garantir um padrão de renda mínimo a sessenta milhões de brasileiros de baixa renda, a despesa com os juros da dívida pública vão desaguar no bolso daquele 0,5% que dorme no topo da pirâmide social brasileira.